



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Meio Ambiente
Coordenadoria de Biodiversidade*

PLANO DE TRABALHO 24/2021 TERMOS DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TCCA 42/2011; 22/2012 e 23/2012.		
1. DADOS CADASTRAIS		
1.1. CONCEDENTE:		
TITULAR DO LICENCIAMENTO/ CNPJ/ EMPREENDIMENTO/ RESOLUÇÃO COEMA:		
TCCA 42/2011 TITULAR DO LICENCIAMENTO: SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS - SOP CNPJ: 07.280.803/0001-96 EMPREENDIMENTO: Decorrente das obras de melhoramentos da pavimentação asfáltica da CE – 179, trecho Marco – Bela Cruz. RESOLUÇÃO COEMA: Resolução Coema nº 13/2008 (27ª Reunião Extraordinária do Coema).		
NOME DO RESPONSÁVEL: Francisco Quintinho Vieira Neto		CPF: 144.324.043-53
CÉDULA DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EXPEDIDOR: 10364-D CREA/CE	CARGO/FUNÇÃO: Superintendente	PROFISSÃO:
ENDEREÇO PROFISSIONAL: Av. Alberto Craveiro, 2775 – Térreo, Castelão, CEP: 60.8321-211, Fortaleza/ CE.		REGIME JURÍDICO E ESFERA ADMINISTRATIVA: Direito público – Órgão de administração direta, esfera administrativa Estadual
TCCA Nº 22/2012 TITULAR DO LICENCIAMENTO: Central Eólica São Jorge S.A CNPJ: 09571485/0001-48 EMPREENDIMENTO: Implantação da Central Eólica São Jorge S.A, composta de 12 (doze) aerogeradores, com potência nominal de 2,0 MW, construída em uma área de 173,02 ha, na localidade de Cana-Brava (Curimãs), município de Trairi, Estado do Ceará. RESOLUÇÃO COEMA: Resolução COEMA Nº 10/2012 (48ª Reunião Extraordinária do Coema).		
NOME DO RESPONSÁVEL: Andressa Vieira Cesário		CPF: 048.694.614-20
CÉDULA DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EXPEDIDOR: 2633619 - SSP/PB	CARGO/FUNÇÃO: Diretora	PROFISSÃO: Administradora
ENDEREÇO PROFISSIONAL: A. Santos Dumont, nº 2088, sala 307, Aldeota, Fortaleza/Ceará.		REGIME JURÍDICO E ESFERA ADMINISTRATIVA: Direito Privado
TCCA 23/2012 TITULAR DO LICENCIAMENTO: LD URBANISMO LTDA		



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Meio Ambiente
Coordenadoria de Biodiversidade*

CNPJ: 23.711.344/0001-04

EMPREENDIMENTO: Implantação do empreendimento Jatobá Residence, no município de Sobral, Estado do Ceará.

RESOLUÇÃO COEMA: Resolução Coema nº 12/2003 (115ª Reunião Ordinária do Coema).

NOME DO RESPONSÁVEL:

Adriana Miyuki Tanaka

CPF:

173.259.628-00

**CÉDULA DE IDENTIDADE/
ÓRGÃO EXPEDIDOR:**

22.169.382-8 SSP/SP

CARGO/FUNÇÃO:

Procuradora

PROFISSÃO:

Advogada

ENDEREÇO PROFISSIONAL:

Avenida Beira Mar, nº 805, sala 01, Praia de Iracema, Fortaleza/Ce.

**REGIME JURÍDICO E ESFERA
ADMINISTRATIVA:**

Direito Privado

1.2. PROPONENTE:

ÓRGÃO/ENTIDADE:

Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMA

CNPJ:

22.156.351/0001-29

ENDEREÇO:

Av. Pontes Vieira nº 2666 – Dionísio Torres. CEP: 60.135-238. Fortaleza- CE.

**REGIME JURÍDICO E ESFERA
ADMINISTRATIVA:**

Direito público – Órgão de administração direta, esfera administrativa Estadual

NOME DO RESPONSÁVEL:

Artur José Vieira Bruno

CPF:

156.188.703-04

**CÉDULA DE IDENTIDADE/
ÓRGÃO EXPEDIDOR:**

930.022.551-4 / SSP/CE

CARGO/FUNÇÃO:

Secretário de Estado -
SEMA

MATRÍCULA:

30000013

ENDEREÇO:

Rua Bento Albuquerque, nº 360, apto 502, Cocó. CEP: 60192-060. Fortaleza – CE

2. OBJETO

2.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de notebook's na modalidade de compensação financeira, para as Unidades de Conservação – UC's geridas pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) com fonte 16 – recurso de compensação ambiental, no valor global de **R\$ 16.749,00** (Dezesseis mil, setecentos e quarenta e nove reais). Os recursos destinados a este Plano de Trabalho são referentes aos seguintes Termos de Compromisso de Compensação Ambiental:

1. TCCA 42/2011 – Superintendência de Obras Públicas – SOP, no valor de R\$ 11.891,56 (Onze mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos);
2. TCCA 22/2012 – Central Eólica São Jorge S.A, no valor de R\$ 2.745,89 (Dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos);
3. TCCA 23/2012 - LD Urbanismo Ltda, no valor de R\$ 2.111,55 (Dois mil, cento e onze reais e cinquenta e cinco centavos).

3. PROJETO

3.1. TÍTULO DO PROJETO:

3.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Meio Ambiente
Coordenadoria de Biodiversidade*

Aquisição de notebook's para as Unidades de Conservação Estaduais geridas pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA).	Início dezembro/2021	Término dezembro/2022
--	-------------------------	--------------------------

3.3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

Este projeto propõe a aquisição de notebook's para as Unidades de Conservação - UC's, por meio da aplicação dos recursos de compensação ambiental, na modalidade de compensação financeira, de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Art. 33, inciso III, Lei nº 9.985/2000, da Lei nº 14.950/2011, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) e do Decreto 30.880/2012, que regulamenta os Arts. 3º e 19 do SEUC.

3.4. JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, em seu Art. 225, assegura a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Para isto, um dos instrumentos que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal Nº 6.938/1981) aponta para o cumprimento desse dever é a definição de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, ou seja, indica que o Poder Público deve criar áreas protegidas e garantir que elas contribuam para a existência de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A partir dessa base constitucional, o país concebeu um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) através da Lei 9.985/2000, segundo a qual as Unidades de Conservação (UCs) são áreas de características naturais relevantes instituídas pelo Poder Público para fins de conservação da natureza, sob regime especial de administração e garantias adequadas de proteção.

No Estado do Ceará, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), instituído por meio da Lei Estadual nº. 14.950 de 2011, em que compõe o SEUC, as Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais.

A Compensação Ambiental é um recurso proveniente do licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental destinado ao uso nas UCs, conforme art. 36, da Lei Federal 9.985/2000, regulamentado pelo Decreto 4.340/2002.

De acordo com o Art. 33 do Decreto Federal 4340/2002:

A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

I - regularização fundiária e demarcação das terras;

II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;

III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento".

IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e

V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

As unidades de conservação (UC's) utilizarão os notebooks para prestar os serviços necessários para o andamento dos trabalhos, por este motivo entendemos a possibilidade de utilização de recurso de compensação ambiental para tal fim. Existe a necessidade de novos notebooks para renovação do parque tecnológico das UC's, pois atualmente os notebook's estão desgastados devido não possuir mais garantia do



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Meio Ambiente
Coordenadoria de Biodiversidade*

fabricante e a vida útil do equipamento está no fim, pois foram adquiridos em 2015, e inclusive, apresentando vários defeitos, alguns inoperantes e causando transtornos a eficiência dos trabalhos das UC's.

A aquisição será por ata de registro de preços pelo fato de conseguirmos um produto conhecido pela sua durabilidade, eficiência e especificações que atendem a nossa necessidade e pela garantia apresentada pelo fornecedor do tipo "ONSITE" durante 36 meses.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPAS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE (UN)	QUANTIDADE E	PRAZOS
01	Notebook com processador AMD Ryzen 3, 8GB de RAM, SSD NVME 256GB, Tela 14", mouse USB, Wireless, Sistema Operacional Windows 10 Pro, 3 anos de garantia; acompanha mochila, mouse pad e trava de segurança.	UN	03	5 meses

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O desembolso será de R\$ 16.749,00, após adesão à Ata de Registro de Preços externa.

6. EXECUÇÃO E VALIDADE DO PLANO DE TRABALHO

A execução do projeto ocorrerá no prazo total de 05 meses.

7. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal, declaro, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de Compensação Ambiental, destinados à consecução do objeto e na forma deste Plano de Trabalho.

LOCAL E DATA	REPRESENTANTE LEGAL SEMA
Fortaleza, <u>02</u> de <u>dezembro</u> de 2021	<div>Artur José Vieira Bruno Secretário da SEMA</div> <div>Responsável pela elaboração do Plano de Trabalho Doris Day Santos da Silva Coordenadora da COBIO</div>